

# 14° Seminário Interdisciplinar em Sociologia & Direito

O fim e o começo do mundo no primeiro  
quarto de século: crise climática, democracia  
e futuros possíveis

Programa de  
Pós-Graduação em  
Sociologia e Direito

uff  
Universidade  
Federal  
Fluminense

## RESUMO EXPANDIDO

### ATERRISSANDO A PRÁXIS INTERSECCIONAL NA PESQUISA- AÇÃO PELA JUSTIÇA CLIMÁTICA: CONTRADIÇÕES E COMPLEXIDADES EM CONTEXTOS DE MOBILIZAÇÕES E COALIZÕES POLÍTICAS

Isadora Cardoso<sup>1</sup>

#### RESUMO

O trabalho apresentará parte da discussão da minha tese de doutorado (em andamento) em sociologia. Na tese, aterrisso conceitos e práticas de *justiça climática* e *interseccionalidade* – como dois arcabouços emancipatórios e ativistas – com base no meu trabalho de campo multi-escalar. O trabalho de campo envolveu oficinas que cofacilitei com diferentes coletivos e comunidades no Brasil e na África do Sul, valorizando formatos participativos, epistemologias múltiplas e subalternizadas e temas diversos, como por exemplo as injustiças climáticas que afetam jovens LGBTQI+ na Amazônia brasileira, conduzida com um coletivo de juventudes. As oficinas, tanto um método quanto um campo de análise, foram um espaço colaborativo para construir conhecimento engajado sobre temas que seriam importantes para minha dissertação, bem como para as coletividades participantes da pesquisa-ação.

Além disso, realizei observação participante em diferentes geografias do ativismo climático, desde a UNFCCC (COP28 em Dubai, 2023) até espaços de mobilização radical em Berlim, onde moro. Esses diferentes materiais, escalas e métodos estimulam a *reflexividade*, a *relacionalidade* e a *posicionalidade* ao longo da dissertação (enquanto processo e texto escrito), três aspectos ético-metodológicos chave para minha pesquisa-ação. Estes três aspectos me ajudam no envolvimento (BISPO DOS SANTOS, 2023) com participantes, territórios e conhecimentos que passam pela minha investigação, de forma dialógica e crítica, e forjam novos caminhos para a pesquisa-ação em justiça climática e interseccionalidade.

Parte dos objetivos da tese que serão apresentados é o de avançar temas caros para grupos historicamente marginalizados, como estratégias contextualizadas de formação e sustentação de coalizões interseccionais, que enfrentam sistemas de opressão igualmente interdependentes, como o capitalismo, o racismo, o cis-hetero-sexismo, o classismo. A partir da discussão das minhas experiências de campo, seja como membro de coletivos de justiça climática em Berlim, ou como facilitadore de oficinas para outros grupos, aprofundo o debate sobre os potenciais das lutas interseccionais pela justiça climática que

---

<sup>1</sup> Estudante de doutorado em sociologia na Universidade Livre de Berlin, Alemanha. Atualmente em período de bolsa doutoral no programa *Maria Sibylla Merian Centre Conviviality-Inequality in Latin America*, entre a USP e o CEBRAP em São Paulo, Brasil. [i.cardoso@fu-berlin.de](mailto:i.cardoso@fu-berlin.de)

# 14° Seminário Interdisciplinar em Sociologia & Direito

O fim e o começo do mundo no primeiro  
quarto de século: crise climática, democracia  
e futuros possíveis

Programa de  
Pós-Graduação em  
Sociologia e Direito

uff  
Universidade  
Federal  
Fluminense

envolvem movimentos não apenas com pautas diversas, mas também marcados por composições “identitárias”. Minhas reflexões trazem ainda os conflitos éticos e dificuldades em se trabalhar com a valorização de diferentes epistemologias e sujeitos, sem ignorar as desigualdades interseccionais de poder que implicam a todes envolvides, mas sobretudo revertê-las de modo crítico por meio de uma ética relacional do cuidado (CASTILLO, 2023).

**Palavras-chave:** justiça climática, interseccionalidade, pesquisa-ação, epistemologia, decolonial.

## DESTAQUES

- Destaque 1

Ações coletivas baseadas em marcadores sociais da diferença potencializam processos de empoderamento coletivo e coalizões interseccionais por justiça climática.

- Destaque 2

O retorno a uma ética relacional é necessário para dismantelar sistemas de opressão fundados em hierarquizações binárias, e para nos reconhecemos como “natureza”.

- Destaque 3

Uma metodologia multi-escalar e interseccional atravessa territórios e sujeitos de análise, expondo desigualdades e interdependencias face a divisões colonial-capitalistas.

## DESENVOLVIMENTO

Nesta apresentação, busco apresentar, ou melhor, aterrissar a interseccionalidade, como uma abordagem multifacetada e ainda bastante abstrata, especialmente suas potencialidades conceituais, éticas e metodológicas para a pesquisa-ação em justiça climática. Essa aterissagem faz parte do objetivo geral de discutir ideias coletivas, epistemologias e experiências marginalizadas, como a interseccionalidade, pela raiz. Assim, busco centralizar conhecimentos e práticas coletivas historicamente subalternizadas como caminho reparatório, dialógico e engajado na concepção e

## 14° Seminário Interdisciplinar em Sociologia & Direito

O fim e o começo do mundo no primeiro  
quarto de século: crise climática, democracia  
e futuros possíveis

Programa de  
Pós-Graduação em  
Sociologia e Direito

uff  
Universidade  
Federal  
Fluminense

efetivação da justiça climática crítica e radical. Eu entrelaço as referências bibliográficas com minhas *reflexões* de campo, enquanto “salto escalas” (LOWE, 2023) de análise, transitando por espaços climáticos ativistas e institucionais, desde eventos em Berlim até conferências climáticas internacionais.

Primeiramente, entendo a justiça climática como um projeto político inerentemente interseccional. O chamado ativista “mudemos o sistema, não o clima”, frequentemente presente em manifestações climáticas, traduz a natureza interseccional dessa luta. Por trás desse apelo está o entendimento de que precisamos ter uma compreensão sistêmica tanto das raízes da mudança do clima, quanto das maneiras de lidar com ela. Também se evidencia aí a necessidade de romper com perspectivas que (a) tratam a “natureza” e a “humanidade” como separadas; (b) consideram a justiça social à parte das agendas climáticas; (c) compartimentam e hierarquizam conhecimentos, lutas e ações por justiça (ACHA, 2019).

Uma das aterrissagens da interseccionalidade enquanto práxis política emancipatória ocorre com o seu uso como ferramenta cognitiva e imaginativa para trabalhar as diferenças entre sujeitos e coletividades marginalizadas. Tal abordagem propõe as diferenças como *pontos de conexão*, onde onto-epistemologias situadas e parciais se encontram e se complementam por meio do diálogo e de coalizões em direção a agendas de luta comuns. Essa abordagem ressalta a necessidade ética não apenas de indivíduos se engajarem no diálogo, mas também na construção de coalizões, para a sustentação e expansão da ação coletiva. Além disso, a função imaginativa da interseccionalidade pode ser vista no que Nira Yuval-Davis propõe como “solidariedade política dialógica transversal” (2012, p. 52), que é um espaço de valores compartilhados onde diferentes perspectivas situadas (individuais e coletivas) se encontram e formam uma compreensão mais abrangente e complexa sobre a realidade a ser enfrentada em comum.

Tão importante quanto as perspectivas situadas com base nas posicionalidades de sujeitos políticos é a imaginação dos sujeitos “para se colocarem na situação daqueles com quem estão em diálogo e que são diferentes” (YUVAL-DAVIS, 2012, p. 52). As

## 14° Seminário Interdisciplinar em Sociologia & Direito

O fim e o começo do mundo no primeiro  
quarto de século: crise climática, democracia  
e futuros possíveis



Programa de  
Pós-Graduação em  
Sociologia e Direito



Universidade  
Federal  
Fluminense

habilidades de diálogo vindas das perspectivas situacionais e a imaginação incitadas pela interseccionalidade são fundamentais para evitar “hierarquias de solidariedade” (HILAL; VARATHARAJAH, 2024), identitarismo ou “Olimpíadas da opressão” em contextos de mobilização social.

Dito isso, analiso um caso vivido e observado de espaços ativistas dentro da COP28 em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, em dezembro de 2023. Desde 2022, as conferências de clima ocorreram em países com regimes políticos repressivos, que não permitiram nenhuma Cúpula dos Povos<sup>2</sup>, nem protestos públicos fora da zona azul<sup>3</sup>. Em resposta a essas restrições, diversos movimentos pela justiça climática criaram, na zona azul da COP28, o “Hub da Sociedade Civil pela Justiça Climática”, que ocupou uma grande parte de um dos 97 pavilhões da conferência climática mais atendida de todos os tempos, com 83.884 participantes ao longo de duas semanas (MCSWEENEY, 2023). Passei a maior parte do meu tempo na COP28 nesse Hub.

Lembro de que o ânimo dentro do Hub era marcado por sentimentos de tristeza e inquietação, dada a escalada do genocídio em Gaza, a ineficácia do sistema da ONU em deter as mudanças climáticas e as guerras, e o senso de urgência das pessoas em agir sobre essas questões inter-relacionadas. A COP28 contou com várias mobilizações por um cessar-fogo imediato na Palestina, como uma demanda urgente da maioria das organizações de justiça climática nos espaços em que eu estava.

Apesar de estar em território internacional sob a jurisdição das Nações Unidas, o policiamento em torno do que era permitido ou não em protestos me era bastante familiar (com a Alemanha), o que significa que a atmosfera da COP28 era repressiva, com novas censuras acordadas diariamente. Dado este cenário tenso, participantes da sociedade civil (incluindo eu) nos reuníamos regularmente para nos atualizar sobre as difíceis

---

<sup>2</sup> As Cúpulas dos Povos são espaços de movimentos sociais que geralmente acontecem paralelamente às negociações climáticas anuais da ONU, com uma programação liderada por grupos ativistas locais, em coalizão com grupos internacionais. Elas são abertas a todos, em contraste com o espaço da ONU, que é altamente restrito e protegido por segurança. Não houve Cúpulas dos Povos nas três COPs anteriores (2022-2024), em Sharm El-Sheikh (Egito), Dubai (Emirados Árabes Unidos) e Baku (Azerbaijão).

<sup>3</sup> A zona azul é onde ocorrem as negociações entre os representantes dos Estados-nação. A Organização das Nações Unidas é responsável pela segurança nesta zona. A zona azul é considerada território internacional ao abrigo do direito internacional.

## 14° Seminário Interdisciplinar em Sociologia & Direito

O fim e o começo do mundo no primeiro  
quarto de século: crise climática, democracia  
e futuros possíveis



Programa de  
Pós-Graduação em  
Sociologia e Direito

uff  
Universidade  
Federal  
Fluminense

negociações com o Secretariado da UNFCCC – que gerencia os protestos dentro dos espaços oficiais da conferência, planejar protestos, bem como nos informar sobre o andamento das negociações e traçar estratégias para além da COP28.

Em meio à política repressiva do país anfitrião e do Secretariado da UNFCCC, organizamos o Dia Global de Ação pela Justiça Climática, o principal protesto daquela conferência. Apesar de divergências internas durante as múltiplas assembleias entre ativistas, especialmente sobre a frase e o grupo que deveriam estar na linha de frente do ato, finalmente decidimos que “Ceasefire Now!” (Cessar-fogo Agora!), escrito em uma grande faixa pintada à mão em inglês e árabe, e o bloco de solidariedade à Palestina, estariam em primeiro lugar na marcha (ANOTAÇÕES DE CAMPO, 2023).

O protesto foi um grande momento catártico de união e solidariedade, repleto de rostos chorosos, discursos emocionados, música de resistência, danças e rituais indígenas, cartazes com temas relacionados à melancia, faixas escritas em diferentes idiomas e blocos representando diversas lutas ao redor do mundo. Diante dessa multiplicidade de lutas, vozes, origens e contextos das participantes, o ato confirmou um sentimento de pertencimento à mesma luta global: justiça climática. Em contrapartida, algumas das ativistas presentes na COP28, como jovens sudaneses, relataram se sentir negligenciadas por grupos da sociedade civil da conferência em relação a demonstrações de maior solidariedade com a guerra no Sudão (MUDATHIR, 2023).

Nesse caso, a dificuldade em defender igualmente e simultaneamente todas as lutas emancipatórias não advém da prática interseccional, aqui aterrissada como coalizões entre grupos oprimidos. Seu motivo principal, argumento, são as estruturas de poder racializadas, coloniais e neoliberais que sufocam as mobilizações sociais, como: o espaço cívico altamente policiado na COP28, tanto dentro quanto fora do território da ONU; ou as ameaças materiais de retirada de credenciais e deportação dos Emirados Árabes Unidos dirigidas a ativistas que não cumprissem os códigos de conduta oficiais.

Além disso, para colocar em termos geopolíticos e contextualizar as forças motrizes primordiais por trás dos genocídios de que estamos tratando, aponto algumas ironias. Os Emirados Árabes Unidos (EAU), que hospedou a COP28, têm estado

# 14° Seminário Interdisciplinar em Sociologia & Direito

O fim e o começo do mundo no primeiro  
quarto de século: crise climática, democracia  
e futuros possíveis

Programa de  
Pós-Graduação em  
Sociologia e Direito

uff  
Universidade  
Federal  
Fluminense

envolvidos na atual guerra civil, etnocídio e genocídio no Sudão (HENRY, 2025), com base na sua dependência e controle neocolonial sobre bens comuns e setores do Sudão, incluindo ouro, combustíveis fósseis, agricultura e infraestrutura (KHANSA, 2025).

Ao mesmo tempo, o fato de o genocídio no Sudão ser impulsionado por interesses ambientais, combustíveis fósseis e apropriação de terras pelos Emirados Árabes Unidos, e de isso não receber a devida *indigna-ção* da mídia internacional e da sociedade civil é, no mínimo, desconfortável para nossos movimentos de justiça climática. As razões que contribuem para essa negligência por parte dos movimentos sociais podem ser atribuídas ao racismo anti-negro dentro de muitos destes movimentos (ANOTAÇÕES DE CAMPO, 2024) e à sua/nossa dificuldade em estabelecer conexões entre o capitalismo racial globalizado, os conflitos militarizados, as guerras e a violência sancionadas pelos Estados contra grupos racializados em territórios marginalizados (LOWE, 2023).

A *conscientiza-ção* para se iluminar os emaranhados geopolíticos entre questões climáticas e conflitos militares, especialmente em regiões geográficas historicamente marcadas por colonização e genocídio, é uma falta nos movimentos de justiça climática e da pesquisa-ação atuais. Meu trabalho e engajamento crítico, enquanto parte de alguns dos movimentos que aqui menciono, buscam contribuir para a identificação de brechas da pesquisa, do ativismo e da pesquisa-ação em justiça climática, ao expor casos como este. Teço também proposições críticas para a recuperação e fortalecimento de lutas coletivas baseadas em onto-epistemologias relacionais que enfrentam cis-temas hierárquicos e opressores, como peças chave na (re)construção de horizontes éticos, comunitários e de cuidado entre seres e territórios de vida.

## REFERÊNCIAS

ACHA, Majandra Rodriguez. Climate Justice Must be Anti-Patriarchal, or it Will Not be Systemic. *Em*: BHAVNANI, Kum-Kum; FORAN, John; KURIAN, Priya A.; MUNSHI, Debashish (org.). **Climate Futures : Re-Imagining Global Climate Justice**. 1. ed. London: Zed Books Ltd, 2019.

## 14° Seminário Interdisciplinar em Sociologia & Direito

O fim e o começo do mundo no primeiro  
quarto de século: crise climática, democracia  
e futuros possíveis

Programa de  
Pós-Graduação em  
Sociologia e Direito

uff  
Universidade  
Federal  
Fluminense

BISPO DOS SANTOS, Antônio. **A terra dá, a terra quer**. [s.l.] : Ubu, 2023.  
Disponível em: <https://www.ubueditora.com.br/terra-da-terra-quer.html>. Acesso em: 5  
nov. 2025.

CASTILLO, Rosa Cordillera A. Critical Research Ethics as Decolonial Praxis: Current  
Debates. **International Quarterly for Asian Studies**, [S. l.], 2023.

HENRY, Jehanne. **Sudan v. United Arab Emirates and Sudan's Legacies of  
Genocide**. 2025. Disponível em: <https://www.jtl.columbia.edu/bulletin-blog/sudan-v-united-arab-emirates-and-sudans-legacies-of-genocide>. Acesso em: 3 out. 2025.

HILAL, Moshtari; VARATHARAJAH, Sinthujan. **Hierarchien der Solidarität  
Hierarchies of Solidarity**. [s.l.] : Wirklichkeit Books, 2024.

KHANSA, Mohammad. **Five reasons why the UAE is fixated on Sudan. Peoples  
Dispatch**, 2025. Disponível em: <https://peoplesdispatch.org/2025/07/27/five-reasons-why-the-uae-is-fixated-on-sudan/>. Acesso em: 3 out. 2025.

LOWE, Lisa. The Dialectics of Abolition. **American Quarterly**, [S. l.], v. 75, n. 2, p.  
371–376, 2023. DOI: 10.1353/aq.2023.a898165.

MCSWEENEY, Robert. **Analysis: Which countries have sent the most delegates to  
COP28? Carbon Brief**, 2023. Disponível em: <https://www.carbonbrief.org/analysis-which-countries-have-sent-the-most-delegates-to-cop28/>. Acesso em: 5 out. 2025.

MUDATHIR, Mathani. **Sudan's Cop28 delegates “really hurt” by silence on their  
civil war. Climate Home News**, 2023. Disponível em:  
<https://www.climatechangenews.com/2023/12/21/sudans-cop28-delegates-really-hurt-by-silence-on-their-civil-war/>. Acesso em: 14 set. 2025.

YUVAL-DAVIS, Nira. Dialogical Epistemology—An Intersectional Resistance to the  
“Oppression Olympics”. **Gender and Society**, [S. l.], v. 26, n. 1, p. 46–54, 2012.